

Apropriações sociais do patrimônio cultural: exclusão ou inclusão?

Flavio de Lemos Carsalade *
Diomira Maria C. Pinto Faria **
Frederico Couto Marinho ***
Larissa Garcia Pardini ****
Gracia Wanatu Babutanga ****

* Arquiteto e Urbanista (UFBA). Mestre em Arquitetura (UFMG). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Professor da UFMG.

** Economista (PUCMinas). Mestre em Turismo (Universidad de Alicante). Doutora em Economia Aplicada (Universidad de Alicante). Professora da UFMG.

*** Sociólogo (UFMG). Mestre em Sociologia (UFMG). Doutor em Sociologia (UFMG). Professor da UFMG.

**** Graduanda em Turismo (UFMG).

Resumo A preservação do patrimônio cultural no Brasil construiu sua história como instrumento de vanguarda em termos de políticas públicas e, desde sempre, utilizando o conceito de função social da propriedade, o qual só se consolidou no país a partir da Constituição de 1988. O que vemos hoje, no entanto, na área patrimonial, em alguns casos, é uma prática que pode ameaçar esta função social do bem cultural pelo excessivo zelo de retirá-lo do cotidiano e protegê-lo em redomas, como se fossem excepcionalidades extraídas do tempo presente, com compromisso apenas com o passado e o futuro. Para ilustrar e problematizar esta questão, apresentamos o caso da Praça da Estação em Belo Horizonte, na qual a discrepância entre o que é concebido pelos planejadores e o que é vivido pelos transeuntes causa fragmentações no uso da praça e dificulta a existência de uma mistura social.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, direito à cidade, Belo Horizonte.

1. Apropriações sociais do patrimônio cultural: exclusão ou inclusão?

Na lida com o patrimônio cultural, muitas vezes estamos mais atentos aos aspectos metodológicos e operacionais e assim nos distanciamos de seus fundamentos, de sua importância cidadã, de sua função social que, ao fim e ao cabo, é o que justifica sua existência. O presente texto visa refletir sobre esta questão, absolutamente relevante para o atual momento histórico, quando se questionam os princípios epistemológicos da preservação. Em um período caracterizado por um regime de historicidade que leva a marca do *presentismo*, “um presente cada vez mais inchado, hipertrofiado”, marcado pelas exigências da “sociedade de consumo, na qual as inovações tecnológicas e a busca de benefícios cada vez mais rápidos tornam obsoletos as coisas e os homens, cada vez mais depressa” (Hartog 2012, p. 147-148).

A função social do patrimônio está justamente na superação do *presentismo* como consumo ou como bem de capital, remetendo a valores que transcendem o momento histórico em que se situam, realizando uma *transposição de contextos* (Gadamer 2004), garantindo referências psicológicas e sociais básicas como memória, identidade, orientação e cidadania. Embora fenomenologicamente, o patrimônio só possa ser desfrutado no presente, ele carrega

consigo o *vigor-de-ter-sido* (Heidegger 2004) e se consubstancia no legado ao *porvir*. Não se trata, portanto, do presente hipertrofiado de Hartog, mas de um presente que tem a plenitude de confluência dos tempos. Para que esta plenitude se exerça, é necessário que o bem cultural que incorpora os significados reconhecidos coletivamente de transcendência, ou seja, os bens patrimoniais, estejam expostos ao cotidiano das populações e com ele interaja, facilitando sua função formativa, educacional e referencial. De nada adiantam bens patrimoniais presos em redomas, isolados do grande público, guardados em gabinetes de curiosidades: o patrimônio tem de ser acessível e fruído com intensidade, quanto mais exposto, mais potente é sua mensagem e mais ampla a mensagem que traz (Carsalade 2014). Por outro lado, de nada adianta expô-lo como objeto de consumo apenas, atitude que esvazia seus significados e que o reduz a peças de um cenário equivalente às outras peças mais novas, ricas em valores de novidade. O conteúdo imaterial do bem material se impõe, sempre: se o tratamos como referência histórica e cidadã, ele se preenche de significados perenes e exerce seu potencial educativo e de transmissão, mas se o esvaziamos como bem de consumo imediato, ele se torna inerte ou episódico (Carsalade 2015).

Por serem formativos do espaço urbano onde estamos inseridos e onde se desenrola a nossa vida, os bens patrimoniais imóveis, edifícios e cidades, apresentam grande capacidade de aproximar o patrimônio da população.

No entanto, a maneira como as nossas sociedades intermediam esta relação é fundamental para que sua função social se efetive ou não. Isolar prédios e espaços públicos patrimoniais da população, dificultar ou “seletivizar” sua acessibilidade é criar padrões espúrios a um verdadeiro republicanismo, é impedir que sua função social ampla se exerça. Esta reflexão tem que ser feita quando, no esforço da preservação, protegemos excessivamente o bem, dentro de uma máxima que se preserva melhor aquilo que apresenta as menores oportunidades de atrito. Chamamos a isto “o paradoxo da redoma” (Carsalade 2014), explicado pelo fato de que se um documento histórico em papel tanto melhor se preserva quanto menos se expõe a luz, o ideal é que ele permanecesse sempre oculto. Preocupa-nos, hoje, um excessivo – e tecnicamente injustificável – protecionismo do bem patrimonial imóvel, isolando-o das comunidades, invertendo as prioridades meio e fim. O curso da história da preservação tem sido marcado por uma ampliação do conceito, superando o excepcional em direção ao exemplar, o bem isolado em direção a maiores complexos ambientais e à categorização analítica a uma maior integração contextual dos bens patrimoniais, caminhos que vão em direção oposta a um protecionismo excessivo. Atitudes hiperprotetoras podem também reverter o sentido vanguardista da preservação, até então voltado à defesa da memória coletiva e dos direitos sociais difusos para um retrógrado isolamento que se choca, inclusive, com a importante discussão contemporânea de “direito à cidade” e aos valores republicanos, democráticos e de justiça social que ela traz consigo.

O caso que apresentamos aqui, o da Praça da Estação em Belo Horizonte, traduz, em termos práticos e reais, aspectos fundamentais desta discussão, pois o pretexto da preservação patrimonial foi utilizado para proibir o uso da praça e foi necessária uma mobilização popular para reestabelecer seu usufruto. Com o intuito de compreender as relações entre o patrimônio cultural da praça, seu uso popular e os signos sociais ali representados foi aplicado um questionário e seus resultados mais pertinentes serão apresentados posteriormente.

2. Caracterização do espaço urbano da praça da estação

Aspectos morfológicos

Área de grande referencial para a população em geral, o conjunto formado pela Praça Rui Barbosa e Praça da Estação abriga um conjunto tombado como Patrimônio Cultural do Estado de Minas Gerais e protegido pela Municipalidade. Concebida por Aarão Reis para ser um pórtico de entrada da nova capital, sempre apresentou posição de destaque no contexto da cidade, apesar de ter perdido importância com a decadência do sistema ferroviário, no final da década de 1950 e início de 1960. A partir dos anos 1980, a região se inseriu na agenda patrimonial da cidade e, desde então, foram realizados importantes investimentos para sua revitalização e restauração.

Em termos de volumetria o conjunto apresenta grande homogeneidade, conferida pela predominância de

construções de 2 a 3 pavimentos, com altas taxas de ocupação, de 80 a 100% do terreno e geralmente construídas na testada do lote. A baixa altura das edificações imprime uma horizontalidade marcante ao conjunto, principalmente considerando que ele encontra-se localizado em pleno hipercentro de Belo Horizonte, região já predominantemente verticalizada. Tal aspecto morfológico, associado ao grande vazio urbano aí existente, torna a praça um local ideal para movimentos de resistência, nos moldes explicitados por Harvey, em “Cidades Rebeldes”, onde estes espaços se constituem em verdadeiras armas de luta política.

Apropriação histórica

Como região histórica ligada à implementação da capital mineira – por ali chegaram os materiais para sua construção ao final do Século XIX e durante décadas foi a sua porta de entrada – ela é referência patrimonial importante, tendo sido tombada pelos órgãos estaduais e municipais de patrimônio. Como região atratora de pessoas e de interação entre elas, fundou-se como importante tradição de cultura, seja a de exibição (espaços de mostra e espetáculo), seja da cultura urbana do cotidiano. Tendo em seu núcleo um amplo espaço vazio, embora utilizado como estacionamento durante duas décadas, a praça também historicamente atraiu manifestações populares.

A opção pela utilização da linha férrea como trem metropolitano de superfície colocou a praça como epicentro de mobilidade urbana da capital mineira. Além da estação do metrô, localizam-se no perímetro, principalmente na rua Aarão Reis, vários pontos de ônibus de linhas urbanas, responsáveis pela ligação do centro a áreas mais periféricas do município. Tal fato reforçou a apropriação diversificada e popular da praça, inclusive por uma população de menor poder aquisitivo que tradicionalmente reside em locais mais distantes e que utiliza transporte coletivo. Assim, o comércio que ali se instalou, atende principalmente a este usuário; são bares, lanchonetes, depósitos de balas e biscoitos, entre outros, conferindo à região um caráter de comércio popular. Além disso, há no conjunto uma concentração de lojas que comercializam uma grande variedade de mercadorias, de utilidades domésticas a materiais de construção.

Ainda com relação ao uso do solo, a área tem apresentado, nos últimos anos, tendência a abrigar atividades culturais. Acredita-se que isto teve início com campanhas desencadeadas por instituições públicas para proteção e valorização do local, fato que conduziu a realização de shows e de outras atividades para o espaço da praça, levando, dentre outras iniciativas, à criação do Centro Cultural da UFMG. Além disso, no início dos anos 2000, houve a descoberta dos galpões da avenida dos Andradas, como espaço potencial para shows de rock, feiras, bares, em função de seu porte (grandes vãos, pés-direitos altos), e de seus espaços degradados, que lhes conferem aspecto alternativo, atrativo para o público mais jovem.

A praça sempre foi *locus* de intensa apropriação social e palco de grandes reivindicações, como nos mostra a História, sendo o mais recente deles bastante emblemático: a Praia da Estação. Em 2009, o Prefeito Marcio Lacerda, pressionado pelo uso “indiscriminado, excessivo e

predador” da praça, houve por bem promulgar um decreto proibindo ali qualquer manifestação pública. A reação não tardou: grupos populares se organizaram em protesto e, aos sábados, aproveitando os repuxos de água que foram concebidos para embelezar a praça quando esta não estivesse sendo utilizada mais intensivamente, criaram a “Praia da Estação”: em trajes de banho propiciaram uma ocupação de centenas de pessoas, como se fora um balneário público. Nunca uma cidade sem mar esteve tão parecida com uma cidade litorânea. A pressão popular fez com que a prefeitura, através da Fundação Municipal de Cultura, criasse uma comissão para estudar os destinos da praça, com uma composição ampla e curiosa, pois formada até por representantes dos moradores de rua, além de várias “tribos” *habitués* da Região.

O Plano de Aceleração do Crescimento - PAC2, programa do governo federal em centros urbanos históricos, contemplou a praça da Estação com recurso na ordem de R\$ 17 milhões. Para gestão destes recursos foi criada uma “Comissão de acompanhamento do Corredor Cultural da Praça da Estação”, em março de 2013. Pelos debates iniciais, a comissão deveria ser representativa da diversidade dos atores da região, de forma a garantir seu caráter e sua diversidade, evitando-se a exclusão social. Assim, a comissão acolheu uma diversidade de representação que abarcava representantes da Fundação e do Conselho Municipal de Cultura, dos equipamentos e espaços culturais da região, dos movimentos sociais, da classe artística, de comerciantes, de arquitetos, de moradores do entorno, dos esportes urbanos, da população em situação de rua e da mobilidade e acessibilidade.

A comissão se reuniu durante dois meses e buscou fornecer subsídios para uma equipe de arquitetura apresentada pela Prefeitura que se responsabilizaria pelo projeto de reabilitação urbana do trecho, dentro das diretrizes por ela proposta. Convém notar que as diretrizes não se restringiam apenas a intervenções físicas, mas a toda uma gama de iniciativas e novidades para o “Corredor”, tais como:

- Implantação de política pública para o atendimento à População de Rua;
- Instalação de iluminação pública;
- Transferência dos pontos de ônibus da Praça da Estação para a Rua Aarão Reis próximo ao Viaduto da Floresta e Centro de Referência da Juventude;
- Melhoria dos abrigos de ônibus;
- Construção de banheiros públicos;
- Desburocratização de uso do espaço público;
- Reformulação do decreto que regulamenta o uso da Praça da Estação;
- Ampliação do horário de funcionamento do Parque Municipal;
- Definição de Ações Culturais/Edital para o Corredor Cultural;
- Aprovação do projeto de lei que garantirá o uso cultural;
- Realização de Plano Diretor Participativo;
- Instalação da Escola Livre de Artes no prédio da Antiga Hospedaria;

- Instalação da quadra de esportes no baixo do Viaduto da Floresta;
- Instalação de ciclovia e bicicletário;
- Viabilização do Parque Urbano definido no projeto;
- Ações de melhoria da Rua Sapucaí, a saber: alargamento das calçadas, embutimento da rede elétrica e diminuição da velocidade do tráfego;
- Definição de ocupação ou uso para prédio/terreno onde havia a Igreja Evangélica, próximo ao Viaduto da Floresta;
- Alargamento das calçadas da Rua Aarão Reis e inclusão de piso para a prática do skate;
- Destinação do estacionamento da Rua Aarão Reis para mercado de uso popular;
- Destinação do estacionamento do Museu de Artes e Ofícios para o Arena da Cultura;
- Instalação de praça infantil na Rua Sapucaí (FMC, 2014).

O representante do Conselho Municipal da Cultura - COMTUR pontuava constantemente as seguintes questões: primeira, a necessidade do projeto partir do pressuposto de que a Cidade possui diferentes formas de vida e se consolida em diferentes instância do viver; segunda, que o projeto deveria considerar a necessidade de construir espaço de empoderamento e terceira, que todos pudessem acompanhar a execução do projeto.

A intenção da Comissão era a de se antecipar às propostas de Operação Urbana para a área, posto que estas estavam sendo gestadas, a portas fechadas, nos gabinetes das empresas interessadas.

A apresentação do projeto se deu no dia 28 de maio de 2013, em um centro cultural da região, em sessão pública e aberta. Na sua abertura, o representante da COMTUR reafirmou os propósitos da Comissão: livre circulação, expressão e manifestação, com foco não apenas nas edificações, mas considerando também as ações culturais, os fluxos, os usos e num conceito mais amplo de cultura, com especial atenção à população de rua. Colocaram-se como pontos fundamentais da comissão de acompanhamento:

- A criação de marcos legais adequados às proposições;
- A criação de um plano de Ação Cultural para o Corredor;
- A imediata paralisação da obra do Centro de Referência da Juventude, para que se pudesse repensá-lo de forma mais adequada frente a novas propostas e mais integrada ao trecho urbano;
- Uma maior abertura e ampliação de horários de funcionamento do Parque Municipal adjacente à área;
- A revisão do decreto relativo à realização de eventos da Praça da Estação;
- A atenção adequada à população de rua (FMC, 2014).

Apesar de tudo isso, nem o projeto arquitetônico se mostrou coerente com as proposições e nem as ações

propostas de gestão do espaço urbano se efetivaram. O projeto arquitetônico se baseou em premissas consideradas exóticas (geometria sagrada, acupuntura da Terra e Feng Shui) e esteticizantes (troca de pavimentos, “decoração” urbana) as quais ajudaram a aumentar o temor de gentrificação da área, agravado pelo caráter reservado dos estudos da Operação Urbana. Poucas semanas depois veio a informação de que os recursos do PAC-2 não seriam liberados para intervenções em vias públicas, mas se restringiriam aos imóveis da união ali existentes.

3. Direito à cidade

Uma das principais questões que o fenômeno urbano tem trazido à contemporaneidade é a questão da apropriação do espaço urbano e o direito à sua fruição justa e universal, na medida em que as cidades se apresentam como o locus por excelência da concretização das relações socioeconômicas e culturais e também como produto dessas relações.

De acordo com Harvey (2012), a gênese das cidades resultou da concentração geográfica e social do produto excedente implicando em uma urbanização fortemente atrelada ao fenômeno de classe em razão deste excedente ter se originado de algum lugar ou de alguém e do controle da sua distribuição pertencer a poucos. Com o passar dos anos este cenário foi se agravando e tornou-se uma das marcas mais claras da desigualdade no meio urbano, visto que sua representação espacial pode ser percebida por todas as ruas da cidade. Mediante reflexões acerca dessa crescente desigualdade surgiu o conceito de direito à cidade, hoje associado com frequência ao direito a melhores condições de moradia na cidade capitalista, cunhado por Lefebvre originalmente como o direito à uma vida muito diferente em um contexto muito diferente (Lefebvre 1991; 1976; 1983), com uma organização social baseada no que ele denominou “autogestão generalizada” na qual a cidade voltaria a ser apreendida praticamente e não apenas consumida, sendo assim o espaço urbano se produziria com base no valor de uso e não no valor de troca.

Quando examinamos a questão através da ótica de Henri Lefebvre, podemos compreender que o capitalismo constantemente reproduz ordens urbanas que refletem a sua própria lógica, a qual abre um grande espaço para contestação e reação daqueles grupos sociais que se acham excluídos, ainda que esses grupos reajam setorialmente (meio-ambiente, cultura, habitação, etc.). A tríade estabelecida pelo autor francês – espaço concebido, espaço vivido, espaço percebido - nos permite, por sua vez, compreender como a forma urbana dialoga com os diferentes atores sociais: o espaço concebido vem dos planejadores e políticos, o espaço vivido é o resultado das dinâmicas cotidianas ligadas à apropriação popular e das relações de poder e produção e os espaços percebidos dizem respeito à apropriação simbólica pelos diferentes grupos sociais. “Habitar” a cidade, ainda segundo o conceito lefebvriano, está profundamente ligado ao conceito de apropriação, o qual, por sua vez, se apresenta como uma plenitude de ações, ligadas às três dimensões do espaço concebido, vivido e percebido. Os conflitos se dão exatamente quando essa plenitude não é alcançada pelos diferentes grupos, com o surgimento de contradições e

conflitos entre desejos e necessidades e também dos diferentes “tempos cercados em um espaço” (Lefebvre 1972, p.187). Ora, se há diferentes formas de habitar, não é possível considerarmos a cidade como um espaço homogêneo, a despeito de sua materialidade que tende a nos parecer “fixa” em sua morfologia. A tendência de confundir a realidade com sua forma física concreta nos leva a conclusões errôneas a respeito dos espaços urbanos como se os cenários que esses apresentam permitissem apenas uma única encenação. Os espaços urbanos classificados como patrimônio cultural apresentam sérios riscos quanto a esta tendência, se compreendidos como cenários congelados.

Se tivermos consciência disso, naturalmente, seremos levados à noção de que o espaço urbano não é homogêneo, possibilitando-nos falar de um espaço diferencial. Segundo Nunez (2014),

o espaço diferencial é diferente do espaço instrumental do capitalismo, que repetitivamente reproduz as relações de produção e da qual se servem os tecnocratas. (...) o espaço diferencial é aquele em que emergem diferenças com relação à ordem dominante, outras relações sociais diferentes com relação à propriedade privada. (Nuñez 2014, p. 103).

Na teoria do espaço diferencial de Lefebvre, a reconquista da cotidianidade passa por uma colagem de temporalidades que resistem às coações, enquanto respeita a pluralidade e a apropriação da cidade, como bem de uso coletivo, como obra, como criação. Em sua intenção de fazer aflorar a relação multiforme entre o concebido e o vivido, a vinculação do cotidiano com a historicidade que emerge, estaria a possibilidade de recuperar a riqueza da vida cotidiana (Lefebvre 1976). O espaço diferencial conserva certas particularidades do espaço homogêneo, mas sobrevivem com outro significado (Nuñez 2014). Se assim compreendermos o espaço urbano patrimonializado, entendemos que ele pode assumir vários significados e várias possibilidades de vida urbana.

Estamos, portanto, no reino das diferenças e da transformação constante, considerando uma multiplicidade de atores e de formas de apropriação, com causas e motivações também múltiplas, como as derivadas da cultura e patrimônio, as derivadas do meio ambiente, as derivadas da habitação, as derivadas da mobilidade, além das tradicionais lutas de classe provenientes da assimetria das relações de produção. Dada a grande preocupação do patrimônio histórico com o problema da transformação, compreendemos a resistência à fruição diferenciada dos espaços-patrimônio. O que se verifica na prática, portanto, é o tratamento dessas diferenças a partir de estatutos homogeneizantes, inclusive as normas legais, que tratam como iguais situações e pessoas diferentes, reproduzindo as contradições sociais à guisa de preservação patrimonial. A suposta neutralidade, conceitualmente um corolário da homogeneização, produziu, no Brasil, um aparato legal que confirma a exclusão social historicamente presente na colonização do país, não produzindo, em absoluto, cidades mais justas, ao contrário, agravando suas contradições.

Para Lefebvre, o espaço seria, portanto, apenas um médium que sempre remete a uma causa mais profunda, além de suas aparências (Lefebvre 2008). Desde que não seja definido pelo projeto homogeneizante da racionalidade

industrial (Lefebvre 2008), o espaço-tempo urbano aparece como diferencial, com propriedades duais, em uma miríade de conflitos. A solução para a complexidade urbana não está, portanto, no seu tratamento homogêneo travestido de planos urbanos “fixos” ou em espaços-cenários congelados pelo patrimônio histórico ou ainda que considerem genericamente a população. Lefebvre se pergunta como se conseguiria isso, “senão concentrando as exigências, impondo uma homogeneidade, uma política do espaço, uma programação rigorosa suprimindo, ao mesmo tempo, os símbolos, a informação, o lúdico?” (Lefebvre 2008, p. 91). Segundo o autor, não se pode, pois, definir o urbano por um sistema de desvios em torno de invariâncias, ao contrário, sua noção impede prescrever o que reduz, o que suprime as diferenças. Ela implicaria, antes, a liberdade de produzir diferenças, de diferir e de inventar o que difere (Lefebvre 2008). É assim que a par desses conceitos de congelamento e homogeneização espacial se soma ainda o conceito de segregação que exclui parte da população de um patrimônio cultural que deveria ser coletivo, parte integrante do direito à cidade.

Diversas áreas do conhecimento empenharam-se para conceituar a segregação produzida ao longo do Século XX trazendo diferentes olhares para o conceito. Todavia, a divisão conceitual mais aceita traz uma ruptura entre a segregação como um processo e como um estado. A segregação conduzida por atores sociais que conscientemente isolam outras categorias sociais é vista como um processo (Preteicelle 1997), já a segregação vista como um estado é de natureza geográfica e refere-se à distribuição étnica de um grupo em determinada unidade espacial (bairros, regiões, locais) de uma cidade ou de uma metrópole (Apparicio e Séguin 2008).

Ademais, a discussão da segregação é intimamente ligada à justiça espacial, pois alguns autores defendem que a segregação é incontestavelmente injusta e outros defendem que ela só é injusta quando traz efeitos negativos para o território. Portanto faz-se necessário entender quais seriam os princípios da justiça na sociedade moderna e os conceitos de Iris Marion Young e John Rawls se destacam por sua relação clara com a questão da homogeneidade e heterogeneidade do território. Para John Rawls (1971 apud Lehman 2009), uma sociedade justa garante aos seus indivíduos oportunidades iguais para que possam alcançar suas liberdades fundamentais e, à medida que uma sociedade se aproxima da justiça social ela tende a atenuar suas diferenças sociais redistribuindo os bens primários de maneira mais eficaz. A percepção das diferenças sociais apenas como um fruto das desigualdades é reducionista quanto à natureza cultural humana e por esta razão a autora Iris Marion Young contrapõe esta ideia ao salientar que os indivíduos de uma sociedade sempre tendem a se dividir em grupos homogêneos de acordo com suas crenças, afinidades e características. A autora também parte deste princípio para descrever as formas de opressão que tais grupos estão sujeitos na sociedade, manifestando-se de cinco maneiras: através da exploração, da marginalização, da insuficiência

política, do imperialismo cultural e por fim da violência (Lehman 2009).

Não é o objetivo deste texto discutir os princípios da justiça socioespacial e sim entender que quando os processos de segregação são analisados à luz de tais princípios atribui-se a elas uma conotação natural ou induzida e conseqüentemente justa ou injusta. Foi a partir das discussões que trouxeram a segregação como um fator agravante, ou até mesmo como promotor da injustiça socioespacial, que surgiu a ideia da mistura como uma solução para o desenvolvimento utilizada como norteadora de diversas políticas urbanas.

A necessidade conceitual de uma definição de mistura social foi percebida por Herbert Gans (1961 apud Kleihans 2004) que a ressalta como um amálgama que se refere à coabitação em um mesmo lugar de indivíduos que possuem diferenças sociais, culturais e até advindos de diferentes países. Dada a relação de causalidade entre justiça e segregação e a visão da mistura como uma suposta solução para os problemas sociais derivados desta relação será compreendido para fim deste estudo o conceito de mistura social atrelado à ideia da coexistência de grupos com diferentes crenças, classes sociais, origens, etnias e profissões em um mesmo local, seja para fins habitacionais, culturais, de lazer ou de trabalho.

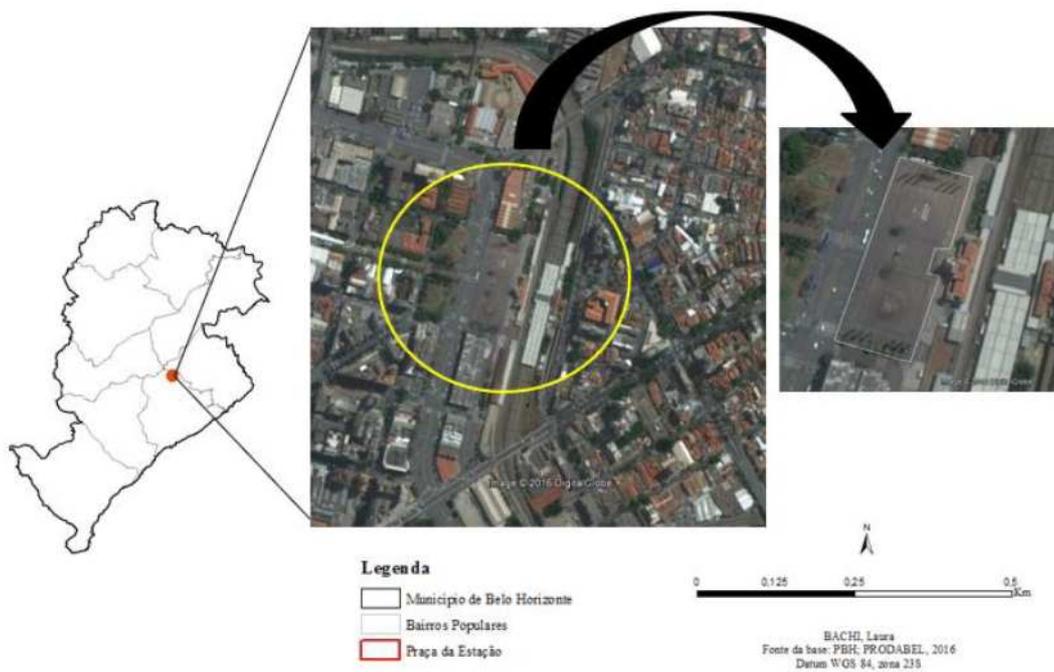
O que percebemos na gestão, no planejamento e nas práticas de conservação do patrimônio cultural convencionais das cidades brasileiras são métodos e leis que congelam as cidades e os núcleos urbanos protegidos e que desconsideram o profundo abismo social que caracteriza a nossa sociedade, bem como as diferentes motivações na luta pelos diversos direitos à cidade. São políticas urbanas grande parte das vezes desconectadas de políticas sociais mais amplas ou geração de espaços urbanos com morfologias também desconectadas de possibilidades mais amplas, baseadas apenas em regras abstratas como coeficientes de aproveitamento e taxas de ocupação ou com usos restritos às atividades “economicamente produtivas”.

4. A praça excludente

Museu de Arte e Ofício (MAO)

Como mencionado anteriormente, a área conhecida como Praça da Estação se constitui do conjunto formado pela Praça Rui Barbosa e Praça da Estação, sendo que a última abriga o antigo prédio da Estação Central, atualmente Museu de Artes e Ofício, além de conter uma Estação de Metrô e vários pontos de ônibus distribuídos ao longo da mesma. A (FIG. 1) permite visualizar a localização da Praça da Estação em Belo Horizonte.

Praça da Estação



Praça da Estação

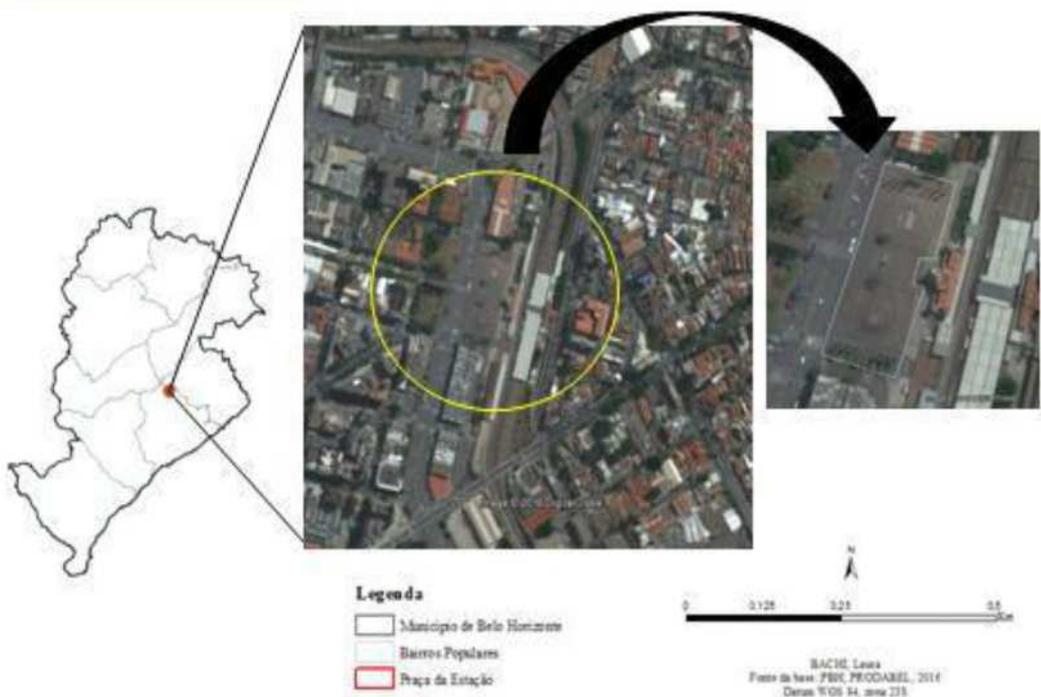


Figura 1: Localização da Praça da Estação em Belo Horizonte - MG
Fonte: Elaboração própria.

A partir do ano 2000, o prédio da Estação passou por uma ampla reforma que reverberou em seu entorno como nos aponta Murta (2008):

Quando, em 2002, o prédio principal foi inaugurado após a restauração, a Praça era um grande estacionamento, com problemas de segurança e de iluminação. A visibilidade alcançada pelo prédio recém-restaurado desencadeou uma ampliação das prioridades do Programa Centro Vivo no que

dizia respeito à esplanada da Praça da Estação. Os urbanistas da municipalidade começaram a perceber que a Praça completaria um corredor cultural juntamente com a Serraria Souza Pinto, a Casa do Conde de Santa Marinha e o Centro Cultural da UFMG, espaços culturais criados em edificações que foram preservadas, restauradas e que são significativas na história de Belo Horizonte. As intervenções na Praça também seriam relevantes para a

criação de uma estação de ônibus de integração com o metrô mais adequada ao perfil da cidade e resultariam numa releitura visual da área (Hoffman 2014).

Atualmente, o prédio abriga o Museu de Artes e Ofícios, instituição que possui uma exposição de caráter histórico e artesanal, na qual segundo Martínez (2014), os objetos representam o trabalho pré-industrial e estão organizados segundo seus ofícios em oficinas e salas com o objetivo de despertar no visitante memórias e sentimentos capazes de reconhecer as profissões do passado e a ligação delas com a sua profissão. Diante dessa premissa, de ser um museu voltado para o trabalhador e seu reconhecimento, ainda que seja questionável a representação do trabalhador no acervo em detrimento do ofício por si só, o Instituto Cultural Flávio Gutierrez justificou a escolha do prédio por sua localização privilegiada junto à estação central do metrô belorizontino em decorrência de seu fluxo de cerca de um milhão de pessoas e a oportunidade de aproveitar da potencialidade do transporte ferroviário para além de um mero meio de acessibilidade ao museu, mas também como um chamariz capaz de lhe ceder seu público.

O objetivo audacioso de atrair um público de tal proporção nunca foi alcançado. O Museu de Artes e Ofícios não consegue estabelecer uma integração sólida com o público da Praça da Estação que, em alguns casos, mesmo 12 anos após sua inauguração, ainda desconhece o uso daquela edificação. Tal constatação provém de dois estudos distintos: uma pesquisa exploratória realizada em abril de 2017 com 40 usuários da Praça, revelando que apenas 10% dos entrevistados se considerava frequentador do museu (visita duas vezes ou mais por ano) e entre aqueles que já o visitaram ao menos uma vez, amostra que corresponde a 27,5% dos entrevistados, apenas dois disseram ir ao museu uma vez ao ano, os demais consideraram que vão ao museu muito raramente. Houve, entre os entrevistados, pessoas que desconheciam a existência do museu, dentre eles um senhor que, embora alegasse frequentar a praça há 50 anos com a finalidade de transporte, só soubera da existência do museu no dia da entrevista, ao entrar no prédio com o intuito de receber informações sobre o funcionamento do metrô.

O segundo estudo constituiu-se em uma pesquisa de pós-doutoramento em história econômica realizado, durante o primeiro semestre de 2014, dentro da plataforma central do metrô de Belo Horizonte com passageiros que utilizam o serviço ao menos uma vez por semana. Dentre os 461 entrevistados, 80% sabiam da existência do Museu de Artes

e Ofícios, entretanto apenas 25% disseram ter visitado o museu ao menos uma vez (Martínez 2014).

De acordo com Hoffman 2014 a implantação do museu representou uma oportunidade de requalificação arquitetônica e de revitalização sociocultural do seu entorno. Ainda que sua arquitetura imponente e o grande largo que se formou ao seu redor depois da revitalização do início deste século sejam características que ajudam a praça a ter seu valor reconhecido como referência para os belorizontinos e para o turismo, como apontam respostas expressivas referentes às perguntas de avaliação geral da praça e comparação com as demais praças da cidade, a contribuição da instalação do museu para a mistura social e a sensação de pertencimento no local foi muito baixa, haja vista que os entrevistados valorizam o local como identitário para a cidade e para os forasteiros, mas eles mesmos não a frequentam para usos que vão além do acesso ao transporte público.

Pertencimento

Em abril de 2017 foi realizada uma pesquisa exploratória com uma amostra de frequentadores da Praça da Estação com a finalidade de perceber qual a relação estabelecida entre a praça e aqueles que transitam por ela e como essas pessoas se apropriam daquele espaço público. A pesquisa foi realizada com 40 usuários da Praça, nos seguintes pontos: i) em frente ao Museu de Artes e Ofício; ii) na Praça Rui Barbosa; iii) em frente ao Centro de Referência da Juventude e iv) em frente a Estação Ferroviária. Uma das primeiras perguntas realizadas “Para você onde começa e onde termina a Praça da Estação?” buscava determinar os diferentes espaços (concebido, percebido e vivido e suas sobreposições). De acordo com os resultados da pesquisa de campo, foi elaborado um mapa com os locais que os entrevistados consideram como o perímetro da Praça da Estação. Observa-se que, de acordo com a (Figura 2), considera-se como de baixa percepção os locais citados por 4 entrevistados ou menos, média percepção as áreas reveladas por 5 a 8 entrevistados e alta percepção as áreas com mais de 8 respostas. Para efeito de comparação o mapa retrata também o que é considerado como Zona da Praça da Estação pela Comissão de acompanhamento do Corredor Cultural da Praça da Estação.

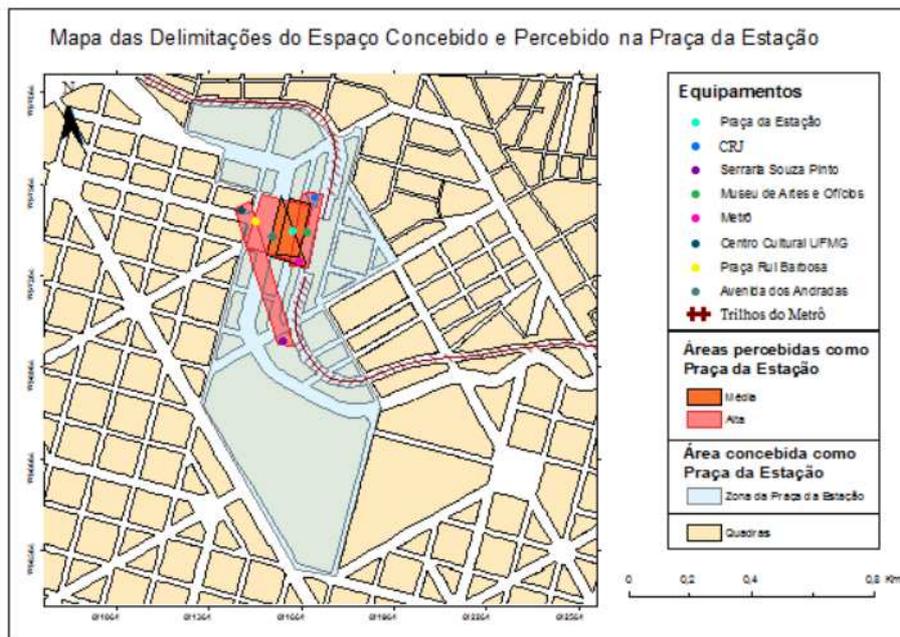


Figura 2: Mapa delimitações espaciais na Praça da Estação
Fonte: Elaboração própria.

Através deste mapa é possível perceber que as concepções do espaço concebido, vivido e percebido da Praça da Estação possuem certa confluência nos pontos mais centrais, mas que a praça concebida de maneira vasta pelos planejadores urbanos é a que mais se distancia da realidade do que é percebido pelos frequentadores da mesma. Ainda que a existência desses três espaços sobrepostos com limites diferenciados seja natural, dado que existirá sempre uma “tensão entre as boas intenções abstratas (...) e o salve-se quem puder das práticas possíveis” (Santos 1988 p. 40), é importante perceber que há nesta disparidade o risco de uma falta de relação de pertencimento dos frequentadores da Praça da Estação com a mesma. A partir do momento que o espaço percebido é tão diluído entre as respostas verificadas é plausível assumirmos que não há uma identidade territorial consolidada da praça e, se as pessoas não são capazes de consentir no que elas percebem como Praça da Estação, como elas podem se assumir como frequentadoras? Como elas podem se sentir pertencentes a um local que elas não conseguem delimitar?

A mistura social

A Praça da Estação é um espaço público síntese de Belo Horizonte. Com forte caráter popular, como é comum nas áreas lindeiras às estações de chegada às cidades, ali convivem atrações culturais, museus, que atraem públicos de melhor renda, mas também habitações de classe média, estações intermodais de transporte que atendem toda a gama da população, mas também moradores de rua, vendedores ambulantes e manifestações de cultura popular como *hip-hop*, *grafitti*, dentre outras. O conflito entre as classes sociais é constante e não é incomum que comerciantes e moradores busquem extirpar a presença de moradores de rua. Até mesmo iniciativas oficiais de solução desses “problemas” são contestadas, como a criação do “Centro de

Referência dos Moradores de Rua”, uma espécie de albergue noturno para essa população e onde também outras funções se apresentam, ligadas à higiene, alimentação e educação. O Centro foi escolhido como obra prioritária no mecanismo democrático de composição do orçamento municipal (o Orçamento Participativo), mas não se efetivou por forte rejeição dos seus possíveis vizinhos: várias alternativas de lugar foram rejeitadas pela vizinhança imediata.

Enquanto grupos teatrais, de esportes de rua, de *hip-hop* e pichadores convivem bem com os moradores de rua, moradores e comerciantes estabelecidos tendem a uma forte rejeição, esta também muito parecida com as rejeições demonstradas quanto ao “barulho” das manifestações desses grupos pelos moradores locais.

Durante a realização da pesquisa de campo, quando perguntados sobre os locais da Praça da Estação que eram frequentados mais fortemente por um grupo específico (mulheres, homens ou moradores de rua), a Praça Rui Barbosa foi o local mais citado por ser frequentado pelos moradores de rua, somando quase 50% dos questionários. Outros locais como a lateral do Museu de Artes e Ofícios, o entorno das estações de ônibus na rua Aarão Reis e debaixo do viaduto Santa Tereza também foram apontados porém, com menor frequência. É importante ressaltar que os locais citados como frequentados por moradores de rua não tem nenhuma resposta confluyente e nenhuma abstinência de resposta, ou seja, embora existam locais que foram apontados como frequentados ora por mulheres e ora por homens como, por exemplo, os bares ao redor da praça, não há nenhum local citado como frequentado por moradores de rua e mulheres ou moradores de rua e homens. Enquanto mais da metade dos entrevistados se absteve de apontar os locais mais frequentados por homens ou mulheres, 100% dos entrevistados souberam apontar os locais frequentados pelos moradores de rua.

Quando perguntados se havia algum lugar na praça que era evitado pelo entrevistado, os locais citados foram novamente a Praça Rui Barbosa com maioria significativa, o espaço lateral do Museu de Artes e Ofícios e os bares locais. É válido ressaltar que uma parte considerável dos entrevistados evita toda a praça à noite. Os motivos apontados se resumem à insegurança do local evitado e à presença dos moradores de rua e de pessoas embriagadas. Alguns entrevistados deixaram bem claro que consideram a presença dos moradores de rua como um dos “problemas” enfrentados pela praça. Tal forma de pensar é preocupante quando trazemos o pensamento de Barreira que uma das justificativas e consequências dos processos de revitalização de um local é o “ocultamento das presenças indesejáveis” (Barreira 2010 apud Hoffman 2014 p. 545) o que traz um caráter extremamente excludente para esta lógica de revitalização e não leva em consideração a multiplicidade das relações contidas no local. Destaca-se ainda, dos resultados apresentados na pesquisa de campo, a existência de uma territorialidade dos moradores de rua, claramente percebida por todos os frequentadores da praça, havendo uma maior convergência entre aqueles que conseguem delimitar o território dos moradores de rua do que daqueles que são capazes de delimitar o território da Praça da Estação. O fato de estes locais serem evitados e vistos com insegurança corrobora as relações de poder que se estabeleceram na praça e modificaram a lógica de utilização do espaço público. O que parece ocorrer, então, de fato, na Praça da Estação, não é uma mistura social efetiva, mas uma justaposição de grupos que convivem no ambiente da Praça sem, no entanto, se integrar.

5. Conclusões

O patrimônio cultural não pode substituir sua função social por uma exclusão do público a quem se destina, o que se apresentaria uma contradição em si. Por outro lado, sua condição de patrimônio coletivo não seria exatamente um mote para que se desenvolvam, a partir dele, possibilidades de mistura social?

O que percebemos na Praça da Estação é que mesmo após seu tombamento e revitalização a praça ainda é vista por muitos como um local de passagem. O grande largo em frente ao Museu de Artes e Ofícios, onde antes se localizava o estacionamento e hoje é palco para diversas manifestações culturais e políticas, configura-se como um local utilizado por determinados grupos em momentos diferentes, onde não há mistura efetiva assim como não há utilização efetiva deste espaço em dias sem eventos específicos. A falta de sombra na praça foi apontada como um fator importante para a sua não utilização e a sensação de insegurança percebida pelos frequentadores locais traz como consequência a vontade de passarem o menor tempo possível no local. O movimento Praia da Estação, que se propõe como uma das poucas, senão a única forma de mistura social efetiva na Praça da Estação, ainda precisa ganhar maior visibilidade entre aqueles que passam pela praça durante os dias de semana, utilizando-a como mero suporte para o embarque e desembarque do transporte público. Entretanto, a localização e espacialidade da Praça da Estação lhe conferem certa rebeldia, uma vez que suas

características urbanísticas são mais propícias a movimentos sociais de protesto, que aliada a sua importância histórica e ao patrimônio cultural ali estabelecido, contém elementos para ser apropriada coletivamente de outras formas, exercendo seu potencial educativo e de transmissão de ideais, inclusive revolucionários.

A pesquisa exploratória conduzida com usuários da Praça revelou o perímetro do espaço vivido, na concepção de Lefebvre, espaço este que, quando apropriado pelas pessoas e utilizado para seu crescimento e emancipação, para a ação política coletiva, reforça o potencial de transformação nele inserido (Costa e Faria 2014).

A segregação verificada entre seus usuários, a discriminação e preconceito aos moradores de rua, o controle rígido do local pelas autoridades municipais, fazem da Praça um local excludente, árido, frequentado diariamente como local de passagem. O desafio é como resgatar deste conjunto patrimonial tombado, exposto ao cotidiano de milhares de pessoas diariamente, e que com ele se interage, sua função social de espaço público formativo, educacional e referencial, como convém a um verdadeiro patrimônio cultural coletivo.

REFERÊNCIAS

Philippe A; Anne-Marie A. 2008. *Retour sur les notions de ségrégation et de ghetto ethniques et examen des cas de Montréal, Toronto et Vancouver*. Institut national de la recherche scientifique, Canadá.

Barreira IAF. (2010). Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. *Caderno CRH*, Salvador **23**(59): 255-266.

Carsalade, F. L. A Pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Carsalade, F. L. (2015) Bem. In: Rezende, Maria Beatriz; Grieco, Bettina; Teixeira, Luciano; Thompson, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc. (Verbete: Bem).

Costa H, Faria DMCP. (2014). Resenha: Harvey, David. *Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution*. *Revista Espinhaço*. **3**(1): 159-161.

Franco MIM. (2004). “Programa Museológico para o Museu de Artes e Ofícios: modelo de gestão”. In: *Seminários de capacitação museológica*. Anais. Belo Horizonte, ICFG.

Gadamer Hans-Georg. (2004). *Verdade e Método I*. Petrópolis: Vozes.

François H. (2013). *Regimes de historicidade, presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.

Fundação Municipal de Cultura. (2014). *Relatório de Acompanhamento - Zona Cultural Praça da Estação*.

Harvey D. *Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution*. London & New York: Verso, 2012.

David H. "O Direito à Cidade". (2012). *Lutas Sociais*, 29(1): 73-89.

Martin H. (2004). *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Felipe EH. (2014). Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte. *Cad. Metrop*, São Paulo, 16(32): 537-563.

Reinout K. (2004). Social implications of housing diversification in urban renewal: A review of recent literature. *Journal of Housing and the Built Environment*. Holanda, 19(1): 367-390.

Henri L. (2008). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Lehman-Frisch, Sonia. (2009). La Ségrégation: une injustice spatiale? Questions de recherche. *Annales de géographie*, França n° 665-666, p. 94-115

Cláudia EPM. (2014). Nos trilhos do Museu de Artes e Ofícios: Exposição e público em Belo Horizonte/MG. *Antíteses*. 6(12):121-145.

Murta RS. (2008). *Patrimônio material e turistificação: um estudo sobre a Praça da Estação*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Centro Universitário UMA.

Nuñez AE. (2014). Del Derecho a la Ciudad, al Derecho al Espacio Diferencial. *Revista de Direito da Cidade*. 6(1): 92-110.

Prefeitura de Belo Horizonte/ Fundação municipal de cultura (2014). *Relatório Comissão de Acompanhamento Corredor Cultural Praça Da Estação*, Belo Horizonte.

Carlos Nelson FS. (1988). *A Cidade Como Um Jogo de Cartas*. EDUFF. Rio de Janeiro.

Marcelo LS. (2010). Which right to which city? In defence of political-strategic clarity. *Interface*. 2(1):315-333.

Heritage social appropriations: exclusion or inclusion?

Flavio de Lemos Carsalade *
Diomira Maria C. Pinto Faria**
Frederico Couto Marinho ***
Larissa Garcia Pardini ****
Gracia Wanatu Babutanga ****

* Arctecht and Urbanist (UFBA). Master in Arctercture (UFMG). Doctorate in Arctecture and Urbanism (UFBA). Professor at UFMG.

** Economist (PUCMinas). Master in Tourism (Universidad de Alicante). Doctorate in Applied Economy (Universidad de Alicante). Professor at UFMG.

*** Sociologist (UFMG). Master in Sociology (UFMG). Doctorate in Sociology (UFMG). Professor at UFMG.

**** Undergraduate student in Tourism (UFMG).

Abstract The Brazilian preservation of the cultural heritage has built its history as a vanguard tool related to public policies, always using the concept of “right to the city”, which was finally consolidated by the 1988 Federal Constitution. What we see nowadays at the cultural heritage area in many cases is one praxis that could threaten this social function through an excessive care by withdrawing the cultural asset from daily life in order to protect as if they were at domes and if they only have compromises with past and future. In order to illustrate this issue, we show in this paper the case of the Station Square, in Belo Horizonte, in which the discrepancy between what is conceived by planners and what is experienced by citizen causes fragmentation in the use of the square and makes the existence of a social mix difficult.

Key-words: Cultural Heritage, Right to the City, Belo Horizonte

Informações sobre os autores

Flávio de Lemos Carsalade

E-mail: flavio.carsalade@terra.com.br

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9899350224165436>

Diomira Maria C. Pinto Faria

E-mail: diomiramaria@gmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6127748615734665>

Frederico Couto Marinho

E-mail: fcfrederico9@gmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2200562335789385>

Larissa Garcia Pardini

E-mail: laripardini@hotmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4833017506466559>

Gracia Wanatu Babutanga

E-mail: gracianumberwan@gmail.com

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3951506775960908>

Artigo recebido: 12/06/2019

Artigo aceito: 01/08/2019